



A QUESTÃO DO INTELLECTUAL EM ROSA LUXEMBURGO E ANTONIO GRAMSCI¹

Darlan Faccin Weide²

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO

Resumo

Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Antonio Gramsci (1881-1937) contribuíram com o movimento proletário do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, em sintonia com Karl Marx (1818-1883), defenderam que as contradições sociais, econômicas e políticas se dão por meio de embates não apenas em campo aberto, de forma explícita e aparentemente limpa, mas por meio de batalhas que acontecem no domínio da hegemonia, de um grupo social sobre o outro. A conquista do poder político (Estado) requer um certo domínio no campo da sociedade civil e de suas instituições, que trabalham unidas aos interesses do Estado e, por conseguinte, ao grupo dominante que está no poder, daí a importância da formação cultural da classe proletária e de um intelectual militante e orgânico, concebido em conexão com as lutas políticas das classes subalternas. O texto, resultado de pesquisa bibliográfica, realizada a partir das leituras das obras dos autores, com enfoque teórico marxista, na sua vertente do materialismo histórico-dialético, explícita nexos entre Luxemburgo e Gramsci, mostrando aproximações entre os autores na questão do intelectual e na função político-educativa que desempenham na formação da classe operária.

Palavras-chave: Luxemburgo, Gramsci, intelectual, intelectual orgânico

¹ Artigo apresentado no Encontro Nacional da *International Gramsci Society* Brasil (IGS/Brasil) - “Gramsci, o Fascismo e a Violência no Brasil” - dias 24 e 25 de setembro de 2018, na UFSC – Florianópolis-SC.

² Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutor em Educação - Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). DEFIL-UNICENTRO/PPGE- UTP. E-mail: darlan@unicentro.br.

Marx e Engels, em *A ideologia Alemã* (1845 e 1846), retratam as transformações que a Europa vinha passando. As fábricas são descritas como espaço de intensa atividade, de agitação política e social em perspectiva revolucionária, em contraste com um cenário reacionário em que as velhas estruturas buscavam desesperadamente uma sobrevida em meio a demonstrações operárias de novas formas de organização, criadas pela iniciativa e ousadia dos diferentes protagonistas.

Em um cenário em convulsão, os intelectuais não podiam mais se limitar às especulações e abstrações do mundo das ideias. Embora alguns ainda se dedicassem ao idealismo, ao positivismo e ao materialismo vulgar, entre outros temas especulativos, Marx mostra, através do envolvimento no mundo das lutas operárias, o despontar de um “outro tipo de intelectual: um ser, ao mesmo tempo, cientista, crítico e revolucionário. [...] nascia então, a filosofia da *praxis*”. (SEMERARO, 2006, p. 130).

A nova concepção de mundo inaugurada por Marx inspirou organizações operárias, intelectuais e políticas. Os intelectuais não podiam mais, se esconder atrás da neutralidade científica e permanecer alheios aos acontecimentos de seu tempo. A tomada de posição levou a uma nova geração de intelectuais comprometidos com seu próprio grupo social. Eles buscaram conhecer o funcionamento social, econômico e político, entender os mecanismos ideológicos de dominação para pensar nas contradições e propor caminhos para a conquista da hegemonia dos grupos subalternos.

Em sintonia com Marx, Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Antonio Gramsci (1881-1937) defendem que as contradições sociais, econômicas e políticas se dão por meio de embates não apenas em campo aberto, de forma explícita e aparentemente limpa, mas no domínio da hegemonia, de um grupo social sobre o outro. Daí a importância dada ao intelectual, que figura como um intelectual militante (Luxemburgo) e um intelectual orgânico (Gramsci), ligado às massas proletárias, cuja função é concebida em conexão com as lutas políticas da classe operária.

Luxemburgo e Gramsci, como intelectuais orgânicos, ajudaram as forças subalternas do proletariado a compreender o cenário político, as novas configurações de Estado e a participação dos intelectuais na manutenção do projeto hegemônico. Foram políticos envolvidos em um processo revolucionário, historicamente situados em contextos diferentes, mas que tinham em comum a dedicação à organização do movimento operário e às perspectivas da construção de um novo tipo de organização social, que almejava, a partir de uma nova ordem intelectual e moral, com base nos grupos

subalternos, construir as bases do Estado proletário, ou seja, trabalhar na perspectiva de formação de um “Estado Ético ou de Cultura”. (GRAMSCI, 1977, p. 1049).

Luxemburgo, na medida em que sedimentou a bases de sua organização social no povo, no proletariado, nas massas, “praticou a arte da política no espaço público”. (HAUG, 2013, p. 199). Conceitos como ilustração, capacitação e agitação, que na atualidade estão bastante desgastados, no contexto dos seus escritos, estavam na ordem do dia, eram parte de um discurso socialista, pensados em seus pormenores, como um processo em que, uma vez exaurida as forças da democracia burguesa, daria à classe operária o protagonismo revolucionário capaz de chegar ao comunismo. Etapa desejada e perseguida através de uma política socialista que valoriza a auto-organização das massas, a autoeducação e, por meio de um partido massa, fornece aos trabalhadores as bases marxistas do socialismo científico. Conceitos científicos que ajudam na leitura das etapas de desenvolvimento, saturação e evidências de um colapso do capitalismo. Por conseguinte, é importante “o fortalecimento do sentimento de responsabilidade política”, ajudar os operários, a massa perseguir o seu caminho para atingir suas metas. (LUXEMBURGO, 2011a, p. 171).

Para Luxemburgo, o intelectual, o partido não é uma entidade infalível, sacrossanta, da mesma forma, as massas não são meras executoras de ordens partidárias ou sindicais. Ela “concebe a política socialista como um intento de pôr em marcha um processo que consiste em habilitar a ‘massa’ para que possa mobilizar-se, orientando-se em função de seus próprios fins.” (HAUG, 2013, p. 199). A função do partido de habilitar e coordenar as massas, como “*liderança política* de todo o movimento” (LUXEMBURGO, 2011d, p. 323), como defendido em *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, embora possa parecer uma certa superioridade partidária, não significa poder para manipular as massas ou apoio a ações de centralismo partidário, questões que foram contestadas por ela no contexto das revoluções de 1905 e 1917. Ela defende que as tarefas de direção das massas cabe ao Partido Social Democrata Alemão (SPD), “a vanguarda mais esclarecida e consciente do proletariado”, que deve ser um partido massa e, assim, exercer essa função para ajudar a organizar e procurar “acelerar” o desenrolar do eventos para conduzir as lutas com motivação econômica para os fins políticos e revolucionários da luta de classes. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 323), sempre respeitando as massas, pois ao *eu-massa* cabe o protagonismo histórico de ser o sujeito do processo revolucionário.

Para Haug (2013), Luxemburgo se aproxima do que Gramsci denominou luta pela hegemonia, em que se busca conseguir aprovação do povo para o novo projeto de

organização social, econômica e política, ou seja, edifica-se um socialismo com meios culturais e morais. O sucesso depende do envolvimento dos sujeitos no projeto, na reflexão, no planejamento e na execução de ações que possam ser implementadas para um projeto alternativo (revolucionário), assumido como seu. Vive-se um processo dialético na medida que na realidade histórica vivida pelas classes subalternas, ao mesmo tempo que se assimila as bases teóricas fornecidas pela vanguarda, parte desse conhecimento que é assimilado, é vivificado pela *praxis* (ação-reflexão), em uma nova síntese. Síntese que carrega a compreensão, a reflexão e o compromisso dos sujeitos envolvidos, agora como sujeitos históricos de um processo revolucionário assumido como seu.

Para Luxemburgo (2011d) o partido, a vanguarda mais esclarecida do proletariado (intelectuais), não deve esperar de braços cruzados pela chegada dos eventos revolucionários, esperar que a revolução caia do céu, precisa participar dos eventos, ser parte da massa, estar a serviço, ajudar nas soluções e “indicar a direção” a ser seguida. Para ela, no contexto do início da Guerra Mundial e do levante espartaquista, o partido impulsionava as energias que moviam a revolução. O partido estava para além do concebido em sentido burguês, mas caminhava em sentido de “processo”, centro ativo e revolucionário, o que ela chamou de *realpolitik* revolucionária.

Rosa Luxemburg concebe o partido não como uma instituição rígida, único centro ativo do processo revolucionário, mas como um processo em que são conservadas, tornadas conscientes e desenvolvidas as experiências coletivas e as múltiplas tentativas de organização da classe operária, e, com a ajuda da dialética materialista, orientadas para o objetivo final. (NEGT, 1984, p. 39).

Nas críticas de Luxemburgo aos bolcheviques, *A Revolução Russa*, de 1917, e à social-democracia, *Folhetos de Junius (A crise da social-democracia)*, de 1916, toma como base o pressuposto de que “a revolução não consiste só na ação de acabar com o antigo, senão também na de construir o novo” e, observa que o SPD havia cedido as artimanhas burguesas, ao aceitar a guerra “como forma de defesa da nação e civilização alemãs”, e, com isso, apoiou os créditos para a guerra, uma “regressão à barbárie.” (LUXEMBURGO, 2011f, p. 86). O parlamento havia ocupado o espaço das lutas pela

hegemonia, espaço de discursos ditos revolucionários, mas que na maioria das vezes, caminhava na contramão da praxis revolucionária, permanecendo no campo do reformismo burguês, situação mais confortável para conquistar representantes elegíveis. Os representantes, portanto, eram disputados em sentido burguês, como também era burguês o sistema parlamentar.

Luxemburgo buscava a edificação de um partido socialista que questionasse sua própria forma e ação, o que implicaria um outro conceito teórico de partido. Para Haug (2013), ela não teria conseguido elaborar tal conceito, pelo menos não aparece de forma explícita nos escritos. “Esta falta de precisão na definição de partido socialista explica a correspondente imprecisão a respeito do papel dos intelectuais”. (HAUG, 2013, p. 201). O que não significa dizer que Luxemburgo não desse a devida importância ao partido e aos intelectuais, ao contrário, ela concebe um partido dentro do movimento operário, atribuindo a eles os chamamentos do que fazer, sobre como fazer a agitação e como entender a política como revolução permanente. Tais proposições de um partido junto as massas não se encaixam nos conceitos de partido no sentido tradicional e centralizador. Apontam na perspectiva de algo diferente, um partido novo, um partido massa, formado e constituído pelo proletariado. Um partido que educa, mas ao mesmo tempo é educado pelas massas, no decurso do processo revolucionário.

Luxemburgo, quando exerceu a função de educadora, de 1907 a 1913, ensinando economia política na escola do PSD, aos quadros e militantes socialistas, escreveu alguns breves artigos sobre a pedagogia do ensino ministrado na escola do partido e na escola sindical. Ela defendeu a participação ativa dos alunos, condição que possibilita uma educação viva e a partilha de conhecimentos e de experiências. No artigo *Escola do sindicato e Escola do partido* (1911), defende que

[...] uma escola de formação para proletários engajados na luta de classes deve considerar como sua tarefa principal à formação a um pensamento sistemático e independente, e não ingurgitar mecanicamente uma soma de saberes positivos. (LUXEMBURGO, 2012, p. 29).

Nas análises dos acontecimentos da revolução russa de 1905, a revolucionária polonesa fala da educação e dos intelectuais. Na Rússia faltava à pequena burguesia aqueles personagens, que em outras partes, agiram como educadores políticos e

construíram o vínculo revolucionário entre a direção e a massa. Em compensação, na Rússia, tinha-se um operariado organizado, forte e resoluta vontade de ação revolucionária. No espaço deixado pela falta de uma liderança educadora entraram em cena os intelectuais, que compartilhavam pontos de vista com o proletariado e na aparente calma, preparam “a revolução proletária por meio de um invisível trabalho de toupeira” socialista, social-democrata. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 276).

Luxemburgo destaca a força do proletariado, sua união, autoeducação e auto formação, como condição de amadurecimento, sinaliza que na revolução de outubro, embora houvesse a participação de personagens importantes, revolução não é fruto de um libertador externo. Não é produto dos “libertadores alemães”, mas sim, parte da experiência proletária, do amadurecimento das greves, consequência de um “verdadeiro trabalho de toupeira” socialista, iniciados nos eventos de 1905. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 290). A greve de massas, de 1905, exerceu papel educativo com o proletariado, através da autoeducação e da autoatividade à massa proletária desenvolveu um ganho cultural e intelectual, reconhecimento da condição de classe subalterna e a consciência da luta de classes. Por isso, “um ano de revolução deu ao proletariado russo aquela ‘instrução’, que trinta anos de luta sindical parlamentar não puderam dar artificialmente ao proletariado alemão.” (LUXEMBURGO, 2011d, p. 322).

Luxemburgo, assim como defende um partido massa, quer um intelectual comprometido com a luta de classes, que seja militante, esteja disposto a educar e ser educado na praxis revolucionária. Ela, em *Questão de organização da socialdemocracia russa*, estabelece relação entre o oportunismo e o intelectual.

[...] o intelectual, oriundo da burguesia, portanto, estranho ao proletariado, pode chegar ao socialismo, não em termos do seu próprio sentimento de classe, mas apenas pela superação deste, por meio do desenvolvimento ideológico. Por isso mesmo, o intelectual está mais predisposto a desvios oportunistas do que o proletariado esclarecido. (LUXEMBURG, 1991, p. 51).

O oportunismo era uma forma de paralisar o movimento proletário e autônomo do proletariado e sujeitá-lo aos interesses da intelectualidade burguesa, ocorrendo com mais facilidade nas fases iniciais do movimento, não pela descentralização, mas pelo forte

centralismo, que acaba por entregar “[...] o movimento proletariado ainda confuso a um punhado de dirigentes intelectuais”. (LUXEMBURG, 1991, p. 54).

Coerente a esta linha de pensamento, em que o intelectual distanciado das massas se torna um perigo ao processo revolucionário, Luxemburgo relaciona o centralismo partidário com a perigosa “influência da *intelligentsia* sobre o movimento proletário,” coloca “a própria concepção organizatória” como maior perigo para o desenvolvimento do socialismo russo. (LUXEMBURG, 1991, p. 87). Por isso, quanto mais democrática a instituição e forma de organização, “quanto mais viva e forte a pulsação da vida política das massas, tanto mais imediata e precisa é a influência que exercem.” (Idem. p.55).

No contexto do SPD, em meio as disputas teóricas, estratégicas e táticas de ação dos parlamentares, escritores jornalistas, Luxemburgo exalta o trabalho daqueles que buscam orientar o povo sobre os caminhos do processo revolucionário. Ela é um exemplo de quem estava à frente, “incansável toupeira científica da política do movimento no partido” (HAUG, 2013, p. 201). Condena sem piedade os intelectuais mercenários, que vendidos a burguesia, esquecem sua origem operária. Já sobre os intelectuais eruditos, observa que

Há trinta anos o professor alemão acredita firmemente e constantemente em sua tarefa histórica de explicar a história, enquanto a esmigalha, crê influir na vida social, enquanto prega conhecimentos político-sociais a ouvidos surdos e acredita estar colocando a ciência a serviço do progresso social, enquanto ele mesmo serve à reação dominante. (Rate der Gelehrten, 1/2, p.382); (*Apud* HAUG, 2013, p. 201).

Na categoria de reacionários, Luxemburgo inclui a *Associação de Política Social* e sua “negociação da doutrina marxiana da crise”, que “são na prática, ridículos ajudantes do capital”. (HAUG, 2013, p. 202). Polemizou com intelectuais burgueses, membros da associação, sobre seus discursos em que usam a composição das matérias orgânicas ou inorgânicas para explicar as crises da doutrina marxiana.

Uma mistura de mau gosto de uma teoria do ouro e uma teoria da proteína para explicar a crise, uma gagueira tímida sobre os

cartéis, um silêncio absoluto sobre os sindicatos - isso é tudo o que resta do desenvolvimento social proclamado com majestoso som de trompete, e *'apesar de tudo,'* pacífico. (Apud HAUG, 2013, p. 202).

Mostra que, no fundo, os métodos usados pela ciência burguesa levam a resultados inúteis, pois buscam em sua competição reconhecimento e dinheiro. Para ela, o professor alemão vê na cátedra um prolongamento natural do burocrata teórico. Ele “desnuda a matéria viva da realidade social em suas mais finas fibras e partículas, a organiza e classifica-a desde o ponto de vista dos burocratas”, como matéria sem vida, transmite “o material científico apto para a atividade administrativa e legislativa de conselheiros privados”. (Rate der Gelehrten, 1/2, p.388); (HAUG, 2013, p. 202-203).

Para Haug (2013, p.203), o liberalismo dos eruditos, cúmplices do capital, em tempos de emergência, trabalha para adormecer os proletários e separá-los da social-democracia enquanto emite ecos contra o capital, no intuito de se voltando contra o capital, conquistar o interesse dos trabalhadores.

Luxemburgo também adverte que parte dos intelectuais, aqueles de origem burguesa, diante das dificuldades junto da classe operária, na busca de paz, aconchego e reconhecimento, migram para as fileiras burguesas. Em carta a Franz Mehring, em 1916, Luxemburgo observa que ele há décadas deixou as fileiras burguesas para assumir a causa operária e por ela trabalhar. “O senhor ocupa há décadas uma posição entre nós que ninguém, a não ser o senhor pode assumir: o senhor é o representante da verdadeira cultura intelectual em todo o seu brilho e esplendor”. “O senhor salvou do campo da burguesia os tesouros da antiga cultura intelectual e os trouxe no campo dos deserdados sociais”. Ensinou aos trabalhadores que o socialismo não é uma “questão de ‘garfo e faca’, e sim um movimento cultural, uma grande e orgulhosa visão de mundo”. (LUXEMBURGO, 2011c, p. 203).

Para Haug (2013), mesmo que Luxemburgo não tenha formulado uma teoria de intelectual orgânico com a consistência teórica presente nos escritos de Gramsci, já têm esboçadas as bases dessa concepção, as relações de conquista e sedução exercida sobre a categoria dos intelectuais, que não sendo uma classe autônoma em si mesma, estão a serviço dos mais variados interesses. Os intelectuais oscilam na defesa dos interesses do capital, mas podem envolver-se com a massa proletária e trabalhar no processo cultural dos subalternos e na construção de forças alternativas aos interesses do capital. Por isso,

Franz Mehring, tomado da burguesia, é um exemplo de quem dedicou seu talento e caráter a causa operária. Com seus escritos seguiu o legado de Marx e Engels, para quem o proletariado alemão é o herdeiro histórico da filosofia clássica alemã.

Hoje, quando inteligências de origem burguesa em bando nos traem e nos deixam, para retornar à boa vida (*Fleischtöpfen*) dos dominantes, nós podemos olhar para elas com um sorriso desdenhoso: podem ir! Afinal, nós tomamos da burguesia alemã o último e melhor vestígio que ainda lhe restava de espírito, talento e caráter: Franz Mehring. (LUXEMBURGO, 2011c, p. 204)

Para Luxemburgo os intelectuais socialistas trabalham a partir de um ponto de vista da classe operária e têm como função prioritária a crítica da sociedade burguesa, a partir do ponto de vista da classe operária. De modo que “a crítica teórica é também tarefa dos intelectuais, assim como as análises da situação mundial e do Estado”. (HAUG, 2013, p. 204).

Em Luxemburgo, a questão dos intelectuais já começa a ser esboçada, em uma dimensão mais complexa, aparece, mesmo que timidamente, associada as forças produtivas, ao partido, as forças políticas da classe trabalhadora e ao mesmo tempo está presente na resistência burguesa, contrarrevolucionária. O conceito de intelectuais por estar em constante devir, transforma-se de acordo com as circunstâncias e conjuntura histórica, o que se configura um problema para uma apreensão descontextualizada.

Luxemburgo tem presente a metamorfose histórica que o conceito de intelectual tem assumido no decurso do anos e retoma a “questão da função dos intelectuais no movimento operário”. (HAUG, 2013, p. 204). Querer atribuir um único significado ao conceito é assumir o risco de se cair em definições contraditórias, como observa, pois

As vezes a práxis vem antes da teoria, as vezes os próprios intelectuais são os cúmplices daqueles que dominam, por vezes são tacanhos, outras arrogantes, às vezes se encontram a frente ao povo modesto, às vezes são parte deles, em outras ocasiões são

imprescindíveis para a política socialista dos trabalhadores. (HAUG, 2013, p. 204).

Gramsci teve a percepção da importância dos intelectuais para o processo revolucionário da classe trabalhadora ainda nas experiências do *L'Ordine Nuovo*, mas só foi elaborar uma teoria dos intelectuais na prisão, a partir de 1926, quando em suas reflexões, sobre Estado e Sociedade Civil, capta a importância do intelectual orgânico para a hegemonia das forças políticas. De modo que, que conceitos que em Luxemburgo estavam apenas esboçados, em Gramsci são tratados como uma “teoria dos intelectuais” (HAUG, 2013, p. 204).

No período em que esteve no cárcere, de 1926 até sua morte, em 1937, Gramsci ocupou grande parte do tempo escrevendo. Em 19 de março de 1927, em correspondência a sua cunhada Tatiana, ele esboçou um programa de trabalho em que se ocuparia no cárcere. Em linhas gerais, ele desejava:

1-Uma pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália no século passado; em outras palavras uma *pesquisa sobre os intelectuais italianos*, suas origens, seus agrupamentos segundo as correntes culturais, seus diversos modos de pensar, etc, [...] 2- Um estudo de linguística comparada; [...] 3- Um estudo sobre o teatro de Pirandello e sobre a transformação do gosto teatral italiano que Pirandello representou e contribuiu para produzir. [...] 4- Um ensaio sobre os romances de folhetim e o gosto popular na literatura. (GRAMSCI, 2005a, p. 128-129).

A grandeza do projeto e as dificuldades da prisão, bem como o acesso aos livros parece não assustar Gramsci em um primeiro momento, mas na medida que os anos passam, ele vai sentido dificuldades de operacionalizar o planejado, por conta das constantes mudanças de casa prisional e das dificuldades para que os livros chegassem até ele, bem como a amplitude dos temas propostos.

A questão dos intelectuais não era uma temática nova para Gramsci, questões como literatura popular e organização da classe operária já eram discutidos no *L'Ordine Nuovo*, 1919 e 1920, quando assumiu, com mais alguns companheiros, o projeto de formação da classe operária. Em 1926, na *Questão Meridional*, a temática dos intelectuais

reaparece. Na obra, mostra a importância dos intelectuais na organização social italiana. Analisa questões burocráticas desenvolvidas pelos intelectuais e sua inserção política e cultural, no caso concreto, Croce e Fortunato, que são exemplos da centralização e dominação cultural italiana.

Em 07 de setembro de 1931, nas *Cartas do Cárcere*, a questão dos intelectuais reaparece. Gramsci reconhece a amplitude do tema, pois “o projeto de estudos que fiz sobre os intelectuais é muito amplo e, na realidade não acredito que existam na Itália livros sobre este tema”. (GRAMSCI, 2005b, p. 84). Ao mesmo tempo, revela que o estudo levou a certas determinações sobre o conceito de Estado.

[...] que habitualmente é entendido como *sociedade política* (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar a massa popular ao tipo de produção e à economia de um determinado período) e não como equilíbrio *entre Sociedade política e Sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional exercida através das organizações assim chamadas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc). (GRAMSCI, 2005b, p. 84).

Na carta, Gramsci revela uma pequena demonstração do que estava sendo redigido nos cadernos do Cárcere, principalmente no *Caderno 12*, que trata da história dos intelectuais. Informa sobre uma nova teoria do Estado e uma concepção de intelectual ligado às forças hegemônicas, atuando no âmbito da sociedade civil.

É no contexto das relações hegemônicas que se deve considerar a atuação dos intelectuais, representando de modo parcial e mistificador o momento histórico, ou apontando os antagonismos sociais e exprimindo as contradições e luta, na expressão mais abrangente da realidade histórico-política. (SCHLESENER, 2007a, p. 52).

No *Caderno 12* (1932), *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, Gramsci utiliza as observações que vinha fazendo ao

longo dos anos sobre o contexto italiano, em que os intelectuais tradicionais se aglutinavam como uma elite superior, que estava a serviço da hegemonia da classe dirigente. No entanto, constata que os intelectuais não se configuravam enquanto classe, um grupo autônomo e independente, mas sua existência enquanto grupo estava relacionada aos interesses corporativos ou de classe.

Para quebrar com a tradição de que apenas alguns podem se tornar dirigentes dos rumos da humanidade, Gramsci, a exemplo que já havia apresentado no Caderno 11, §12, em que afirma que “todos são filósofos” (GRAMSCI, 2014, p. 93), no escrito prossegue na mesma direção, “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2014b, p. 15).

Quando Gramsci redigiu os Cadernos tinha presente a militância do povo. As greves de massas descritas por Luxemburgo, além de serem conhecidas de Gramsci, foram vivenciadas nas experiências do *L'Ordine Nuovo*, 1919 e 1920, principalmente com as greves de Turim, de onde Gramsci tinha consigo que os intelectuais são os elos de mediação entre os grupos sociais, indivíduos e o projeto social, atuando na formação ideológica e política da sociedade. Todo grupo constrói para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhe garantirão hegemonia e consciência própria de classe, no campo econômico, social e político.

Os grupos fundamentais têm a seu favor categorias de intelectuais já pré-existentes, no caso da Itália, eram compostas por intelectuais tradicionais, clérigos, camada de administradores, cientistas, teóricos e filósofos, que se sentindo continuadores de um destino histórico, agiam em defesa dos interesses dos grupos dominantes, ou no caso dos clérigos, buscavam autonomia em relação ao grupo social dominante, mas permaneciam submissos à hierarquia da igreja e aos interesses da aristocracia fundiária.

No mundo da produção, diferente de como ocorre no caso dos grupos sociais dominantes, a relação entre os intelectuais “é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários”. (GRAMSCI, 2014b, p. 20).

Os intelectuais como funcionários do Estado atuam na sociedade política e, ao mesmo tempo, na sociedade civil, exercendo funções que são fundamentais para o exercício da hegemonia, daí o esforço em formar historicamente “categorias especializadas para o exercício da função intelectual” ligadas aos grupos sociais mais importantes. Outro caminho utilizado pelo grupo dominante, até que consiga formar seus próprios intelectuais, diz respeito à luta de cooptação, assimilação e conquista ideológica

dos intelectuais tradicionais já existentes para que trabalhem em consonância com seus interesses.

Os intelectuais têm uma função na ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e no ‘domínio’ sobre ela (a sociedade) que se encarna no Estado; esta função é ‘organizativa’ ou conectiva: tem a função de organizar a hegemonia social de um grupo e o seu domínio estatal. (Q. 4, p. 476;. (GRAMSCI, 1977, p. 476).

Os intelectuais, ao assumirem a hegemonia política e social de um determinado grupo, abandonam sua própria organização de classe; por conseguinte, não existe uma classe independente dos intelectuais, mas todo grupo social tem uma camada própria de intelectuais ou tende a formar uma. Gramsci constatou que os intelectuais da classe historicamente progressista, nas condições da realidade italiana, exercem um poder de atração tal que terminam por subordinar a si os intelectuais dos outros grupos sociais e, assim, criam um sistema de solidariedade, com laços corporativos ou de casta. (GRAMSCI, 1977, p. 2012).

Os intelectuais que em um primeiro momento, como especialistas, estavam restritos à área técnica de formação, com atuação apenas na esfera econômica, na medida em que foram cooptados, passaram a atuar no campo político, organizando e conduzindo as forças hegemônicas do grupo dominante. Os intelectuais, além da participação direta na Sociedade Política (Estado liberal), mantiveram participação ideológica na Sociedade Civil, através da igreja, escola, sindicatos, entre outras instituições. A medida que Gramsci amplia o conceito de Estado para além da sociedade política, com suas ramificações na sociedade civil, valendo-se das forças ideológicas das diversas instituições civis, percebe que “é na sociedade civil que operam especialmente os intelectuais”. (GRAMSCI, 2005b, p. 84).

A percepção da abrangência da atuação do intelectual, na integração do econômico e do político, com participação na sociedade política e na sociedade civil levou Gramsci a questionar: “O que significa Estado? Só o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a unidade dialética entre poder governamental e sociedade civil?” (GRAMSCI, 1977, p. 1787).

Gramsci, na medida que amplia a abrangência do conceito de intelectual e, a partir dele, tece críticas à concepção de Estado liberal, propõe um novo conceito de Estado, agora um Estado Integral (ou ampliado), que abrange sociedade política e sociedade civil.

[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que *Estado = sociedade política + sociedade civil*, isto é, *hegemonia couraçada de coerção*). Numa doutrina do Estado que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil). (GRAMSCI, 2012, p. 248).

O Estado não é mais uma instituição separada, isolada do restante da sociedade. As relações sociais e ideológicas têm seu reflexo no funcionamento do Estado. “Estado é todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não apenas justifica e conserva o seu domínio, mas, consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 1977, p. 1765).

No mundo capitalista, o Estado (sociedade política) se soma à sociedade civil garantindo a hegemonia couraçada de coerção. A compreensão desse fenômeno e o novo conceito introduzido por Gramsci é importante para as estratégias das classes subalternas que almejam conquistar a hegemonia. No reconhecimento da nova forma de organização e dominação, as classes subalternas podem se preparar para enfrentar as emboscadas da classe dominante e almejar a direção hegemônica com projetos alternativos que tenham a clareza de que a emancipação exige a conquista do Estado.

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não se tornarem ‘Estado’: a história delas, portanto, está entrelaçada com a história da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da

sociedade civil, e por meio disso, da história dos Estados ou grupos de Estados. (GRAMSCI, 1977, p. 2288).

A autoconsciência crítica dessa nova situação está ligada ao trabalho de colaboração dos intelectuais uma vez que a “massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem se organizar e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem que haja organizadores e dirigentes, sem que o nexo teoria e prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1977, p. 1388).

Por conseguinte, o trabalho dos intelectuais orgânicos comprometidos com os subalternos é importante, pois na medida que mobilizam e divulgam a causa dos operários, cumprem a função de elevar os intelectuais tradicionais de meros membros do processo ‘econômico’ em grupo social com qualidade de “[...] ‘intelectuais políticos’, de organizadores de todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política”. (GRAMSCI, 1977, p. 478).

A dimensão de organicidade intelectual proposta por Gramsci implica em compromisso com a classe a que pertence por nascimento ou por convicção e em trabalho para construir e consolidar uma hegemonia; ser capaz de fazer o seu grupo passar das relações econômico corporativas para um Estado ético-político.

Sobre o Estado ético ou cultural, Gramsci, no caderno 8 §(179), observa que na concepção hegeliana, quando a força da burguesia parecia ilimitada, falar de eticidade ou universalidade é afirmar que “todo o gênero humano será burguês”, trabalhar para elevar a

[...] grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes [...] Mas, na realidade, *só o grupo social, que coloca o fim do Estado e de si mesmo como fim a ser alcançado, pode criar um Estado ético*, que tende a eliminar as divisões internas de dominados e a criar um organismo social unitário técnico-moral. (GRAMSCI, 1977, p. 1049-50).

Gramsci desenvolveu o problema de uma teoria dos intelectuais caracterizando-os em função da luta de classes, esforço que o coloca e conexão com Luxemburgo. (HAUG,

2013, p. 204). Os intelectuais deixam de ser vistos como um grupo profissional independente, passam a ser vistos como uma tarefa ligada à *praxis*, de modo que, cada classe busca formar e ter seu próprio grupo de intelectuais.

A medida que a classe busca para si os intelectuais e os quer na defesa de seus interesses, o desejo de reconhecimento ajuda os intelectuais a trabalhar em favor da classe a que pertencem ou defendem, de modo que teorizam, correm riscos na defesa da classe e escrevem sobre os mais variados assuntos, procurando sempre a defesa do seu grupo. Esses intelectuais, que Gramsci chamou de orgânicos, são os defensores, organizadores e dirigentes de sua classe. Eles podem ter sua origem na própria classe ou terem sido arregimentados, cooptados em outros grupos sociais, mas precisam ter vivência, prática cotidiana com os seus, pois é “na *praxis* que o trabalho da atividade intelectual realmente pode se realizar” (HAUG, 2013, p. 205).

Para Gramsci, a função de organização dos intelectuais não é só no campo cultural, mas diz respeito à organização da sociedade em geral. Os intelectuais da classe dominante defendem os interesses particulares e lutam pela manutenção da hegemonia, na medida que buscam ganhar os subalternos. Já os intelectuais dos grupos subalternos trabalham contra a hegemonia dominante e buscam desconstruir os processos de dominação já sedimentados. Desta forma, são organizadores de uma “nova cultura, de uma nova ordem intelectual e moral”. (GRAMSCI, 1977, p. 1377).

No que diz respeito a Luxemburgo, ela mesmo falava e atuava como membro do partido, como intelectual orgânica do movimento operário, buscava constantemente conquistar outros intelectuais para a causa operária. Quando o SPD se tornava obstáculo às causas da revolução, pelo excesso de centralismo ou pelas escolhas revisionistas e reformistas, via parlamento, não tinha dúvidas sobre o lugar que deveria ocupar. Colocava-se sempre ao lado das massas, do povo operário, da via revolucionária. Nos congressos do partido ou através de jornais, sua voz era ouvida. Denunciava o silêncio e omissões das tendências reformistas e centristas do partido, principalmente na pessoa de Eduard Bernstein e Karl Kautsky, que muitas vezes seduzidos pelos encantos do capital, direcionavam o SPD para as conquistas econômicas, perdendo de vista o horizonte político da revolução. Para estar ao lado do povo, das massas, teve a coragem e determinação para romper com o Partido Socialista-democrata Alemão (SPD), Partido Comunista Alemão (KPD) e Partido Social-democrata Alemão Independente (USPD) e fundar a *Liga Spartakus*, uma consciência que brota da espontaneidade das massas, ao mesmo tempo que é “resultado das lutas espontâneas e se alimenta delas”, num “processo

de educação ininterrupta.” (LOUREIRO, 2004, p. 84). Essa interação vivifica o partido e dá consistência a ação proletária, numa relação dialética entre o partido e ação das massas, e não de um dos dois separados ou da supremacia de um sobre o outro. Portanto, quando podia ter fugido da luta, pelo entendimento de que a vitória floresce a partir das derrotas, enfrentou de cabeça erguida. O que sucedeu? Seu brutal assassinato! Sil~ “*A ordem reina em Berlin. Está construída sobre areia. Amanhã a revolução se levantará de novo ruidosamente, proclamando ao som da trompa: Eu era, eu sou, eu serei*” (LUXEMBURGO, 2011b, p. 401).

Frigga Haug, em *Rosa Luxemburg y el arte de la política*, sinaliza para uma linha de continuidade entre o pensamento de Luxemburgo-Gramsci. No entanto, pondera que em Luxemburgo as concepções teóricas estão esboçadas, enquanto em Gramsci estão trabalhadas de forma que assumem *status* de teoria. O que não significa diminuir a produção de um em detrimento do outro. A diferença se deve à distância temporal em que os textos foram produzidos, ao contexto histórico vivido pelos autores e, principalmente, pela interrupção prematura da produção de Luxemburgo em decorrência de seu assassinato, o que impossibilitou uma reformulação mais refinada, a exemplo do que Gramsci fez nos anos de cárcere.

Na linha de continuidade Luxemburgo-Gramsci, Haug (2013) assinala que as teorias de Gramsci sobre Estado Integral, Estado Ético, hegemonia e intelectual orgânico provém de uma continuidade do pensamento do que Luxemburgo já havia esboçado em seus escritos.

Ler Gramsci com as exigências políticas de Luxemburg e sua *praxis* nos ensina a compreendê-lo melhor; ler Luxemburg com Gramsci nos conduz a um grande número de pistas e propostas cuja a importância e possibilidade teríamos deixado de lado sem ele. O estudo de ambos os autores em interação produz uma grande sinergia que reforça a esperança política e, portanto, a capacidade de atuar. (HAUG, 2013, p. 217).

Gramsci teria dado “continuação ao pensamento luxemburguiano e de sua arte da política” (HAUG, 2013, p. 217). De modo inverso, os conceitos elaborados por Gramsci ajudam na compreensão de Luxemburgo como uma intelectual orgânica, a serviço da classe operária. Os escritos de Luxemburgo, realizados mais próximos da *praxis*

revolucionária das massas, são importantes para o entendimento dos conceitos de Gramsci.

Em Luxemburgo e Gramsci, a função dos intelectuais é vista a partir do marxismo, da filosofia da praxis, como uma atividade que não diz respeito apenas a função de um intelectual racional, ao contrário, é vista como uma ação “impura”, ligada à atividade prática da política. Um intelectual militante (em Luxemburgo), um intelectual orgânico (em Gramsci) que tem clareza da luta de classes e trabalha a favor da classe a que pertence. Intelectual que ajuda o proletariado a fazer antagonismo às forças do capital e construir as bases de uma nova ordem proletária.

A vanguarda, que aparece em diversos textos de Luxemburgo e Gramsci, como foco de críticas, pelo centralismo, autoritarismo e distanciamento das bases proletárias, desempenha importante papel no processo revolucionário. Sem o partido, os operários não vão além da atuação na perspectiva sindical, ficando apenas no campo das lutas econômicas, dentro do espaço de controle capitalista. É pela intervenção do partido-massa que se educa e se é educado, que as lutas econômicas avançam para lutas políticas e vice-versa, tendo como metas os fins revolucionários. Luxemburgo e Gramsci não abrem mão de se conciliar ações do partido com as ações de massa. É a ação política do operariado que dinamiza, vivifica e desburocratiza o partido, o sindicato e as demais instituições representativas da classe. Sem as massas proletárias ou distantes dos fins revolucionários, sindicato e partido não têm razão de existir. Eles só têm razão de existir como necessidade concreta da luta de classe, com a função de educar e serem educados pelas massas, nessa relação dinâmica que se concebe um partido massa. Por isso, Luxemburgo não queria que a Liga *Spartakus* (1918) fosse um partido em sentido tradicional, mas aquela parte da massa operária, mais consciente, que ajuda o proletariado nas tarefas históricas, cuja tarefa era de “[...] munir assim a massa compacta do povo trabalhador da totalidade do poder político, para que realize as tarefas da revolução, eis a ditadura do proletariado e, portanto, a verdadeira democracia.” (LUXEMBURG, 1991b, p. 105). Totalidade que só pode ser alcançada com o controle da produção das fábricas, base da ditadura do proletariado, “autogoverno dos trabalhadores no plano econômico e político, isto é, República conselhistas.” (LOUREIRO, 2004, p. 231).

Luxemburgo e Gramsci são críticos do autoritarismo e centralismo presente no meio socialista. Autoridade que se transformou em centralismo, burocracias partidárias e sindicais, que por décadas atrapalham as organizações proletárias. E, tem se agravado pela influência oportunista e reformista, com defesa da atuação no campo parlamentar,

através de negociações e consenso com a ordem do capital. Ações que distanciam as direções das massas proletárias e dos fins revolucionários. Ambos expressam o desejo de maior aproximação entre as instituições representativas do povo e as massas operárias. A aproximação entre o partido, as massas e o sindicato evita que se constitua uma casta de dirigentes desvinculadas da base proletária.

A praxis revolucionária torna-se a escola também do educador (partido), pois à medida que o partido educa a classe operária, é por ela também educado. Dessa relação de reciprocidade nasce, no decurso do processo revolucionário, um intelectual ligado à classe proletária, educado pela ação revolucionária, um intelectual militante (Luxemburgo), um intelectual orgânico (Gramsci), sensível às necessidades e aos anseios da classe. Em um intelectual militante, orgânico, que é parte da massa e forjado na relação dialética do educador com as massas, Luxemburgo e Gramsci depositam a confiança para ajudar a gestar e administrar o processo produtivo e o Estado operário, a partir de uma nova cultura socialista.

Referências

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. 2. ed. Torino: Einaudi Editori, 1977. 2362 p. (Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana).

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere (1926-1930)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2005a.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere (1931-1937)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2005b. 496 p.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, notas sobre o estado e política**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2012. Cadenos do cárcere.

GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2014. Cadernos do cárcere.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais: o princípio educativo**. Jornalismo. Vol.2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2014b. Cadernos do cárcere.

HAUG, F. **Rosa Luxemburg y el arte de la política**. Tradução de Monteserrat Galcerán Huget y Sira Ainara Sánchez Navarro. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2013.

LOUREIRO, I. M. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. 2. ed. São Paulo: UNESP / Fundação Perseu Abramo, 2004.

LUXEMBURG, R. **A revolução russa**. Tradução de Isabel Maria Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUXEMBURG, R. O que quer a liga Spartakus? In: LUXEMBURG, R. **A revolução russa**. Petrópolis: Vozes, 1991b. p. 99-110.

LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos I (1899-1914)**. Tradução de Stefan Klein. São Paulo: Unesp, v. 1, 2011a. 511 p.

LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos II (1914-1919)**. Tradução de Isabel Loureiro. São Paulo: Unesp, v. II, 2011b. 413 p.

LUXEMBURGO, R. **Cartas**. Tradução de Mario Luiz Frungillo. Org. Isabel Loureiro. São Paulo: Unesp, v. III, 2011c. 397 p.

LUXEMBURGO, R. Greve de massas, partido e sindicatos. In: LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos I (1889-1914)**. Tradução de Stefan Klein. São Paulo: UNESP, v. 1, 2011d. p. 263-350.

LUXEMBURGO, R. A crise da social-democracia. In: LUXEMBURGO, R. **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos. Org. Isabel Loureiro. São Paulo: Unesp, v. II, 2011f. p. 15-144.

NEGT, O. Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo. In: HOBBSAWM, E. **História do marxismo**: o marxismo na época da segunda internacional (segunda Parte). Tradução de Carlos Néelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 11-52.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2007a.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 3. ed. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2006.

Recebido em 10 de julho de 2019

Aprovado em 22 de agosto de 2019

Editado em 10 de setembro de 2019